



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA ESPECIAL DOS ATOS E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS

Parecer n°: 2160/2018-PGE

Processo N°: 026.000.00621/2018-1

Assunto: Contratação por inexigibilidade de licitação

Interessado: Secretaria de Estado da Infraestrutura e do  
Desenvolvimento Urbano - SEINFRA

Conclusão: Pela legalidade, com recomendações

Destino: Secretaria de Estado da Infraestrutura e do  
Desenvolvimento Urbano - SEINFRA

ADMINISTRATIVO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. CONFECÇÃO DE ESCULTURA DE GRANDE PORTE POR ARTISTA LOCAL. CONSAGRAÇÃO PELA CRÍTICA ESPECIALIZADA OU PELA OPINIÃO PÚBLICA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO NOS AUTOS. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 25, III, DA LEI N° 8.666/93. PELA POSSIBILIDADE COM FUNDAMENTO NO CAPUT DO ARTIGO 25 DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. NECESSIDADE DE ATENDIMENTO AO ARTIGO 26 DA LEI ACIMA CITADA. FONTE DE RECURSOS DEVE SER ÚNICA. PELA LEGALIDADE DEPOIS DE ATENDIDAS RECOMENDAÇÕES PRÉVIAS CONTIDAS NESTA PEÇA.

I - RELATÓRIO.

Trata-se, no caso vertente, de pedido de parecer na forma do artigo 38 da Lei n° 8.666/93, acerca da contratação direta do artista plástico Ruy Andrade, para criação e produção de uma escultura "em aço carbono



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ESPECIAL DOS ATOS E CONTRATOS**  
**ADMINISTRATIVOS**

inspirada na estrutura radicular da árvore do mangue, medindo 3m de altura e 5m de largura, com chapas de aço carbono medindo 1/4, 3/16 e 3/8 de polegadas e pesando três mil quilos, a ser instalada na Avenida Euclides Figueiredo, em "Aracaju/SE". Processo instruído com 94 páginas numeradas, inclusive minuta de contrato (fls.88/92).

É o relatório, no essencial. Fundamento e opino.

**II - FUNDAMENTAÇÃO.**

**-Considerações preliminares.**

De início, impende asseverar que não faz parte das atribuições da Procuradoria-Geral do Estado a análise acerca da conveniência e oportunidade da realização de qualquer ato de gestão, quer no seu aspecto econômico, quer no seu aspecto administrativo.

Esses aspectos são corriqueiramente denominados de "mérito administrativo" e são de responsabilidade única do administrador público.

À Procuradoria-Geral do Estado incumbe apenas a análise dos aspectos jurídicos dos questionamentos realizados. Neste caso, matéria eminentemente de direito.

**III - NO MÉRITO**

Com efeito, segundo alegado na justificativa de fls.85/87, a qual não consta assinaturas, razão pela qual deve antes ser aceita, ratificada e assinada pelo gestor responsável, a contratação é embasada na consagração pública do artista escultor e suas intervenções urbanas em Aracaju/SE, em muito se aproximando do disposto no art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93, apesar de enquadrar a contratação no caput, do artigo 25, da Lei de Licitações e Contratos.





ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA ESPECIAL DOS ATOS E CONTRATOS  
ADMINISTRATIVOS

Pois bem, dispõe o artigo 25, III, da Lei nº 8666/93:

"Art.25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública". (grifei)

Em se tratando de inexigibilidade, mesmo assim, não significa que gestor público pode contratar livremente, sem atender e demonstrar ter cumprido as exigências legais.

Quer dizer, são dois requisitos do inciso III, artigo 25 da Lei 8666/93, a saber:

Primeiro, o contrato deve ser firmado com o próprio artista ou por meio de empresário exclusivo, visando a lei afastar a intermediação; e, não havendo exclusividade terá que ser realizada licitação. Aqui, não há declaração de exclusividade alguma, cabendo ao artista plástico executar o objeto contratado de forma personalíssima. Ademais, apenas para registrar, não se contrata empresário com base no dispositivo acima, salvo se existente exclusividade.

O TCU impõe:

"(...) deve ser apresentada cópia do contrato de exclusividade dos artistas com o empresário contratado, registrado em cartório. Deve ser ressaltado que o contrato de exclusividade difere da autorização que confere exclusividade apenas para os dias correspondentes à apresentação dos artistas e que é restrita à localidade do evento".

O requisito acima acha-se atendido.

Segundo, consagração do artista pela crítica especializada ou pela opinião pública. Também aqui, não há, nos autos, como alegado na justificativa, comprovação





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ESPECIAL DOS ATOS E CONTRATOS**  
**ADMINISTRATIVOS**

suficiente para se aferir tal requisito, pois limita-se a justificativa em afirmações sobre "desempenho artístico e criatividade que o profissional emprega em suas obras de arte", além de "o profissional é capaz de atender plenamente o anseio público, tanto que é reconhecido por realizar obras semelhantes de repercussão, sendo consagrado pela opinião pública", sem comprovações suficientes, documentalmente, inclusive por alguma entidade especializada.

Portanto, a meu ver, seria ilegal a contratação com base no inciso III, do artigo 25 da Lei nº 8666/93.

Mas, como sinalizado na justificativa, adoto entendimento lançado no parecer nº 3273/2015-PGE, da lavra do Procurador-Chefe desta especializada, que baseado na doutrina de Ivan Barbosa Rigolin, chegou a seguinte conclusão:

*"A meu ver, assiste razão ao professor Rigolin. De fato, cada artista é rigorosamente único em sua arte e seu trabalho, insuscetível de qualquer comparação, na medida em que a manifestação artística constitui a abstração das abstrações, a subjetividade maior dentre as subjetividades existentes.*

*Logo, penso que a contratação de artistas pela Administração Pública, mesmo os não consagrados, pode dar-se de forma direta, por inexigibilidade de licitação, com arrimo no caput do art. 25 da Lei nº 8.666/93".*

Sendo assim, resta a SEINFRA, querendo, com base no artigo 25, caput, da lei de licitações, verificar da possibilidade técnica de proceder a contratação com base no citado dispositivo, verificando e providenciando HABILITAÇÃO E CONTRATAÇÃO, JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E DO PREÇO, ALÉM DE DISPONIBILIDADE DE RECURSOS.

Sim, devem ser exigidas certidões atualizadas de regularidade fiscal perante o Município, Estado, União, INSS, FGTS, Previdência Social, Trabalhista, etc. Ademais, não restou devidamente comprovada a necessária pesquisa de mercado, para fins de demonstração de compatibilidade de





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ESPECIAL DOS ATOS E CONTRATOS**  
**ADMINISTRATIVOS**

preço com o mercado. Portanto, caso prossiga a inexigibilidade, fica o parecer condicionado a juntada de outros documentos comprobatórios e relativos a contratação de outros artistas e obras semelhantes, quer regional ou nacional, sob pena de ilegalidade. Até porque, nem mesmo veio aos autos os supostos preços de outras obras de arte confeccionadas pelo próprio artista em nosso Estado, mormente em se tratando de contratos dos anos 2011, 2013, 2008, 2014, 2005.

Destarte, tomo como verdadeiras as demais informações da justificativa para fins de emissão deste parecer, após assinatura e ratificação da mesma pelo gestor responsável. No mais, a minuta de contrato consta objeto; preço e condições de pagamento; prazos; penalidades; recursos orçamentário e obrigações das partes.

Ainda, terá a Secretaria, através de seus órgãos técnicos, que atender e demonstrar os seguintes requisitos legais, se ainda não o fez, nos autos:

I - razão da escolha do profissional (artista plástico);

II - justificativa de preço (podendo anexar outros contratos firmados com outros artistas e obras semelhantes, recentes; cotação com esculturas similar na região, etc.);

III - dar ampla publicidade da contratação.

Agora, o artigo 26 da Lei nº 8.666/93, também exige comunicação, **dentro de 03 dias**, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, **no prazo de 05 dias, como condição para eficácia dos atos.** Tal providência deve ser adotada pelo órgão contratante, sem prejuízo da necessidade de comprovar regularidade fiscal, capacidade para contratar, etc, tudo na forma do artigo 27 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

Agora, a fonte de recurso da despesa - R\$ 68.500,00 (sessenta e oito mil e quinhentos reais), ora indicada é 0101 (recursos do tesouro), recomendando



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ESPECIAL DOS ATOS E CONTRATOS**  
**ADMINISTRATIVOS**

exclusão de outra fonte para evitar duplicidade da despesa, sob responsabilidade da Secretaria.

Por fim, antes, deve ser trazido aos autos o respectivo projeto da escultura, sob pena de impossibilidade da contratação por ausência de projeto.

**IV - CONCLUSÃO.**

Do exposto, o opinativo é no sentido da possibilidade da pretensão, nos exatos termos deste parecer, que contém recomendações prévias para atendimento, mormente a comprovação do preço compatível com o mercado. Se não possível atendimento, por qualquer motivo, abstenha-se a Secretaria de convolar o contrato.

É o parecer, sub censura.

Aracaju, 03 de abril de 2018.

Wellington Matos do O  
Procurador do Estado